



5122 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

O FECHAMENTO DA ESCOLA DO ASSENTAMENTO FORTALEZA(SE): PROFESSORA CADÊ A MINHA GOIABEIRA?
Elis Regina Nunes Mota Araujo - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

O FECHAMENTO DA ESCOLA DO ASSENTAMENTO FORTALEZA(SE): PROFESSORA CADÊ A MINHA GOIABEIRA?

As populações do campo, através dos movimentos sociais de luta pela terra, entendem a educação como elemento fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento da sua cultura e identidade buscando a garantia do direito a uma escola e uma educação do e no campo. Neste contexto de luta pelo direito à escola e uma educação de qualidade, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST elabora, na década de 1980, uma proposta de educação que se diferencia do modelo da escola pública tradicional, na medida em que parte da realidade, isto é, do cotidiano das crianças que vivem processos educativos diversos em seus espaços de vida. Neste sentido, a I Conferência por uma Educação Básica do Campo (1998) afirma que,

Um outro grande desafio é pensar numa proposta de desenvolvimento e da escola do campo que leve em conta a tendência de superação da dicotomia urbano-rural, que é o elemento positivo das contradições em curso, ao mesmo tempo que resguardem a identidade cultural dos grupos que ali produzem suas vidas. (1998, p. 17)

O Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR inicia, no ano de 2003, a discussão e elaboração de um projeto de apoio à formação de integrantes de movimentos sociais e sindicais, como também uma proposta de educação para a formação de educadores e gestores públicos. Neste período foram publicadas duas cartilhas^[1] com o objetivo de contribuir para a discussão e reflexão sobre a relevância de uma Educação do Campo, importante observar que para este momento temos uma relevante discussão sobre a educação das crianças do campo, ou seja, a relevância de se incluir nos debates da educação do campo uma proposta de educação para as crianças residentes nestas comunidades.

Neste sentido, o direito à educação, para as populações do campo se constitui a partir de um projeto coletivo de luta por uma educação de qualidade através de práticas educativas humanizadas e de um currículo que inclua as produções históricas e culturais destas populações. Caldart confirma a pressão dos movimentos sociais por um projeto de educação do campo,

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (2012, p.15).

Em 2002 o Conselho Nacional de Educação estabeleceu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo - DOEPEC (Resolução CNE/CEB nº 1/2002). Temos então uma proposta de escola do e no campo, e uma legislação que vem garantir essa escola nos espaços de vida destas populações evitando os processos de exclusão e evasão dos sujeitos nela inseridos. Sabe-se que as populações camponesas possuem um cotidiano de trabalho na perspectiva dos saberes e fazeres que são ensinados de geração em geração e que exigem uma escola contextualizada com a vida destas populações.

Seguindo os caminhos e a luta das populações do campo, na perspectiva de uma educação e de uma escola do/no campo, este artigo busca discutir e refletir sobre a constituição da Escola do Assentamento Fortaleza, neste sentido é importante aqui considerar a luta dos sujeitos pela constituição e implementação do Assentamento e da escola na comunidade. O Assentamento Fortaleza está localizado no município de Nossa Senhora da Glória/SE e foi fundado no ano de 1990, através da luta de trabalhadores rurais sob a liderança do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). Segundo relatos de lideranças sindicais do Assentamento, esses trabalhadores e trabalhadoras, primeiramente, ocuparam as terras do Alto Bonito, povoado de Poço Redondo/SE, resistindo às condições subumanas que tais ações impõem aos seus agentes de luta. Neste mesmo período o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária^[2], reconhece a propriedade da antiga Fazenda Fortaleza como terras improdutivas que, então, é desapropriada e ocupada por 46 famílias.

Para Eliana Felipe (2013) "à medida que os Assentamentos se proliferam no país, cada vez mais eles são necessários para compreender os contextos sociais, culturais e institucionais em que as crianças vivem, bem como as relações que

produzem nesses contextos” (p. 25). Esses espaços de vida e de produção de cultura surgem da luta pela terra e, consequentemente, pela vida. Uma luta constante na perspectiva do direito a ter direitos, a luta pela terra, pelo posto de saúde, pela escola, enfim, toda esta reflexão vem afirmar que a vida nos Assentamentos exige um sentimento coletivo de partilha e de compromisso objetivando a implementação de políticas públicas de valorização da vida humana.

A Escola Municipal do Assentamento Fortaleza surge dessa luta pelo direito à educação das crianças, adolescentes e jovens da comunidade. Segundo relatos da comunidade, a escola teve o início de suas atividades no ano de 1998, com classes multisseriadas (duas salas de aula). Durante o período do desenvolvimento da pesquisa não foram identificados fontes documentais sobre a abertura da escola do Assentamento.

Depois de tanta luta e de tantos enfrentamentos para a constituição da escola, temos agora uma outra questão, no ano de 2018 a escola encerrou suas atividades em decorrência do processo de Nucleação das Escolas do Campo, implementado pelo Município de Nossa Senhora da Glória (SE) sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação. A política que impulsionou o fechamento da Escola do Assentamento Fortaleza surgiu do DECRETO MUNICIPAL Nº 271, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017 [3] que dispõe sobre a nucleação de unidades escolares localizadas na zona rural do município de Nossa Senhora da Glória/SE. Durante o período de nucleação das escolas do campo, o município de Nossa Senhora da Glória, através da Secretaria Municipal de Educação, organizou reuniões com as comunidades apresentando o projeto de nucleação das escolas, tal projeto apresentava as classes multisseriadas como um dos principais problemas enfrentados nos espaços escolares.

A comunidade que integra o Assentamento Fortaleza buscou agendar reuniões com a Secretaria de Educação e acionou o Fórum de Educação Infantil de Sergipe[4], a Universidade Federal de Sergipe[5] e o Comitê de Educação do Campo - Educampo buscando ações de enfrentamento contra o fechamento da Escola da comunidade. Estas instituições organizaram reuniões junto a Secretaria Municipal de Educação do município e apresentou a solicitação da comunidade[6] contra o fechamento da escola.

Neste período, por solicitações dos Movimentos Sociais contra o fechamento das Escolas do Campo, juntamente com as Instituições aqui evidenciadas[7], foi realizado junto ao Ministério Público do Estado de Sergipe[8] um seminário com o objetivo de apresentar as implicações, discussões e reflexões contra o fechamento das Escolas do Campo. Neste seminário foram apresentados dados da pesquisadora Elis Correia[9] sobre o fechamento das Escolas do Campo no Estado de Sergipe. A pesquisa tinha como principal objetivo “analisar as razões históricas e sociais que tem conduzido os processos de fechamento das escolas do campo no Estado de Sergipe entre os anos de 2007 e 2015 (p. 23)”. Para este período, a pesquisa apresentou um total de 296 Escolas do Campo fechadas, através do processo de nucleação implementado pelos respectivos municípios.

Neste seminário foram apresentadas as reivindicações das comunidades contra o fechamento das escolas do campo através de pesquisadores, líderes sindicais e de movimentos sociais, educadores, entre outros. No entanto, percebe-se que esta discussão é ampla e vai exigir uma luta constante e organizada entre os sujeitos envolvidos viabilizando ações efetivas de diálogo buscando a garantia de permanência das escolas nestas comunidades. Para Roseli Caldart o projeto de nucleação das Escolas do Campo vem intensificando e reafirmando processos de exclusão social nos espaços campesinos,

[...] toda vez que uma escola fecha, desconhece e ou desrespeita a história de seus educandos, toda vez que se desvincula da realidade dos que deveriam ser seus sujeitos, não os reconhecendo como tais, ela escolhe ajudar a desenraizar e a fixar seus educandos num presente sem laços (2005, p. 116).

Entendemos que o fechamento das escolas do campo e a transferência das crianças para outros espaços acaba por refletir esse desenraizamento e desconstrução de suas identidades. É preciso pensar uma educação para as crianças do e no campo, a partir do campo, afirmando essa educação como um processo histórico e cultural a partir de sua identidade e de suas especificidades, onde os saberes são transmitidos de geração em geral, especialmente na lida com a terra, com os animais e com os afazeres domésticos.

Dando continuidade e reconhecendo às contribuições da pesquisadora Roseli Caldart (2012), entendemos que a educação das populações do campo precisa fazer uma conexão orgânica com o seu território, a identidade e as relações sociais que são construídas por sujeitos em um universo diverso, especialmente de uma cultura que se relaciona com o trabalho e a luta pela terra, através de conflitos que marcam e contribuem na formação e constituição da vida desses sujeitos.

A Resolução Nº 2 (CNE/CEB Nº2, 28 de abril de 2008) vem afirmar que a nucleação das escolas e o deslocamento das crianças devem ser evitados, orienta que, “a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escola e deslocamento de crianças”, temos ainda a Lei 12.960 (27/03/2014) que altera a LDB(Lei de Diretrizes e Bases),

Parágrafo único. o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela secretaria de educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (BRASIL,2014)

Nesta perspectiva, da garantia do direito e permanência da escola, confirmados a partir de uma legislação específica para a escola do e no campo, buscaremos aqui dialogar e refletir sobre a relevância e a implicação da negação desse

direito.

A EDUCAÇÃO DAS INFÂNCIAS DO CAMPO E A ESCOLA QUE MUDOU DE LUGAR: E A MINHA GOIABEIRA?

A constituição e implementação da Escola do Assentamento Fortaleza surgiu da luta da sua comunidade pelo direito à escola e a educação de suas crianças. Segundo um dos moradores da escola, o primeiro representante da Associação de Pequenos Agricultores[10], a constituição da escola significou o resulta de muita discussão, encontros e a certeza da relevância da escola para a comunidade,

[...] Muito importante, hoje, isso eu vou dizer a senhora, o próprio Deus e o mundo, ia ser feito um colégio aqui, mas igual um que tinha no Augustinho, não sei se já derrubaram o colégio bem pequeno, só de uma sala só, aí quando cheguei aqui que me disseram, eu gosto de perguntar as coisas, e ver! Aí eu disse, rapaz tá ruim, pra Sérgio (era o prefeito da época), aí eu falei, vou ligar pra ele que eu quero falar com ele, aí eu liguei e falei: prefeito, você tem conhecimento do que está acontecendo no Assentamento Fortaleza, o senhor vai botar o povo contra você? Ele perguntou, como assim? Eu falei, como? Lá embaixo estuda oitenta alunos, um colégio de uma sala só, pega quantos alunos pra estudar, no máximo trinta alunos, não é não? Ele falou: é! Eu disse, se o senhor morasse aqui no Assentamento você ia gostar de seus filhos estudando, uns estudar no colégio novo e outros estudar lá na estribaria de cavalo? Ele disse: não. Eu falei preste atenção no que você está fazendo. Você vai jogar o povo contra você. Isso foi quando estava marcado pra fazer a escola aqui. Aí eles cancelaram a construção da escola de uma sala, não iniciaram a obra, só depois que o prefeito autorizou fazer a escola com duas salas. Aí é como se diz, sempre quando a gente procura... (Fonte: Arquivo da pesquisadora. Entrevista, julho/2012)

A narrativa do Sr. Correia, inserida no contexto metodológico das entrevistas da dissertação de mestrado traz a marca e o registro de uma população que pensa e idealiza um projeto de escola para sua comunidade, e mais ainda, reconhece esse direito.

As lideranças sindicais e de movimentos sociais pertencentes ao Assentamento Fortaleza travaram uma luta para a implementação e permanência da escola na comunidade, como apresentado na entrevista com o Sr. Correia afirmando a necessidade de garantia do direito à escola para as crianças e jovens do Assentamento.

Tal universo nos leva a focar nas questões a serem tratadas no presente artigo, a saber, como o fechamento da escola do Assentamento Fortaleza se constituiu como uma ferramenta de exclusão social para a comunidade? A partir das observações aqui inseridas sobre o processo de implementação e constituição da escola do Assentamento, como pensar o fechamento da escola e suas implicações no cotidiano dessa comunidade? Tais questões serão dialogas e refletidas na perspectiva da história social do cotidiano da infância.

Defendemos o conceito de cotidianidade a partir dos estudos de Agnes Heller (1970) que apresenta o cotidiano como espaço privilegiado de apreensão dos processos históricos na perspectiva da vida material e humana. Para a historiadora "a vida cotidiana está no centro do acontecer histórico, é a verdadeira essência da substância social" (p. 20). O indivíduo se insere na comunidade a partir do seu nascimento, e esta ação, é que o torna sujeito da comunidade,

[...] uma unidade estruturada, organizada, de grupos, dispondo de uma hierarquia homogênea de valores e à qual o indivíduo pertence necessariamente; essa necessidade pode decorrer do fato de se "estar lançado" nela ao nascer, caso em que a comunidade promove posteriormente a formação da individualidade, ou de uma escolha relativamente autônoma do indivíduo já desenvolvido (HELLER, 1970, p. 71).

Para a autora o princípio da cotidianidade precisa pensar esse sujeito e sua identidade viabilizando perspectivas da não alienação do sujeito e valorização da vida humana. O indivíduo assume sua identidade a partir de um conjunto, ou seja, de partes orgânicas da vida cotidiana.

Para os estudos da educação das infâncias do campo e sua relevância para a formação humana nos apropriamos dos trabalhos das pesquisadoras Jaqueline Pasuch e Ana Paula Silva (2012), seus trabalhos apontam a relevância dos estudos sobre as infâncias do campo e um projeto de educação na perspectiva de valorização da vida cotidiana nestes espaços. As autoras afirmam que a vida nestas comunidades se configura através de um cotidiano de luta e de muita partilha,

Os movimentos sociais lutam para construir um projeto de campo e de sociedade que inclua o modo de vida camponês [...] na experiência familiar, vi diferentes configurações. Crianças com as mães, com os pais, padrinhos e com os avós. Não há crianças abandonadas no campo. Elas não perambulam pelas estradas, nem dormem ao relento. Há sempre um grupo que acolhe, protege, cuida, alimenta e orienta (p.64)

Para as autoras as crianças não são abandonadas, todos são responsáveis pelo sustento, cuidado, educação, brincadeiras, enfim, são as relações de vizinhança que proporcionam este olhar para a vida do outro. Neste contexto, é preciso considerar que a escola do Assentamento Fortaleza surgiu de um coletivo de pessoas que pensavam a escola não apenas como espaço de aprendizagem, mas como território, lugar de vida.

Nesse movimento de luta por uma educação do e no campo, surge no ano de 2010 as orientações curriculares para a Educação Infantil do Campo[11], este documento vem orientar as práticas pedagógicas e a relevância de uma educação contextualizada na perspectiva de valorização da vida nestes espaços de vida. Sobre essa questão, Vieira e Côco (2017) afirmam que a Educação Infantil do Campo necessita de fortalecimento e garantia de direito a educação,

Com isso, assinalando a presença de um movimento alteritário da EI, de buscar reconhecimento e gerar pertencimento à EC, parece-nos importante visibilizar esse contexto, indicando não só as incipiências, mas também os movimentos que vêm vivificando a presença das crianças pequenas na luta pelo direito à educação. (p. 321)

Neste viés de luta e de negação de direitos, as crianças se inserem neste projeto de luta pela escola, sobre essa questão, logo após o fechamento da Escola do Assentamento Fortaleza, fomos convidadas a visitar o Assentamento para participar das discussões sobre o fechamento da escola, ao chegar ao Assentamento, uma das crianças da comunidade, preocupada com o fechamento da escola fez a seguinte pergunta: “Professora e a minha goiabeira que está lá na escola?” [12] Refletindo a narrativa do menino Daniel, pensamos: o que fazer quando a escola vai para outro lugar, em que direção caminha essa mudança no cotidiano da comunidade? A população luta através de seus coletivos sociais por uma escola, entretanto, na contramão dessa luta encontramos um sistema de segregação e de desumanização dessas populações.

É preciso compreender que esses conflitos, aqui evidenciados, viabilizam enfrentamentos e inquietações que dificultam a vida dessas populações, neste sentido, entendemos que cada escola fechada vai se constituir como fragilização e desenraizamento dessas comunidades.

A preocupação com a escola e a garantia do direito de permanência em seus espaços de vida ganha relevância quando consideramos que é importante por em evidência essa relação de pertencimento entre a criança e a escola, é preciso superar a negação do direito e dar garantia para essas populações, especialmente quando verificamos a história e o cenário das proposições de uma educação do e no campo, elementos relevantes emergem revelando um cenário desafiador para estas populações a partir do coletivo, observando essa fragmentação da política pública que oferta mas que impacta de modo fragmentado em processos excludentes de processos de nucleação que, sequer, percebem essa propositura, esse olhar para o outro, para o sujeito da escola.

A vida campesina traz em si suas especificidades, a “goiabeira” do menino Daniel nos aproxima dessa especificidade, desse jeito de ser, de ser escola, de ser vida, de construir vida e de lutar por esse direito. Dessa perspectiva, compreende-se que há fios que precisam ser religados, que deverão ser reproduzidos na concretude das condições de existência e de concepção de lugar da infância e da criança.

As diferentes infâncias e seus processos de exclusão social, considerando a desumanização dessas populações, refletem um passado de invisibilidade da criança (SARMENTO, 2001), especialmente quando dialogamos com a infância escrava, indígena e quilombola. A história social da infância, em nosso país, traz em si uma marca histórica de invisibilidade e desumanização, pontuada por processos históricos e sociais que produziram diferentes olhares das instituições que “deveriam” cuidar dessas crianças.

Esses discursos apresentam a infância em suas diferentes conjunturas históricas, sociais e políticas, de um lado o Estado, do outro, a Sociedade Civil pensando um projeto de instrução pública e de cuidados para as crianças pobres e abandonadas em diferentes perspectivas e tempos de abandono e segregação. Para Sarmento (2001, p. 38) “não é de ausência política que se trata, mas de invisibilização na cena pública”. No Brasil, tal questão é pertinente na medida em que se observa esta ausência e invisibilidade nas diferentes infâncias, considerando sua dimensão territorial, suas diferenças de classes sociais, étnicas e culturais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...

A identidade das crianças residentes em comunidades campesinas, se constrói a partir da mediação de um coletivo de lutas travadas e constituídas através de movimentos sociais e sindicais, uma construção social que implica enfrentamentos e rupturas vivenciadas a partir de um cotidiano que não se configura na perspectiva de um “campo vazio”, mas um campo de produção de vida e de trabalho que, nas suas interações com os seus sujeitos, produzem sua cultura, seus modos de ser e de viver e a batalha da luta pela terra como elemento fundamental de existência humana para essas populações.

As questões e desafios aqui analisados sobre o fechamento das escolas do e no campo e suas implicações para as infâncias residentes nestas comunidades buscaram evidenciar alguns impasses enfrentados por essas populações que tem suas escolas fechadas dificultando o acesso e mudando a escola de lugar. A escola que fechou, a goiabeira que não tem mais, as brincadeiras e as amizades partilhadas nos caminhos trilhados na ida e volta da escola, as bicicletas, a carroça, enfim, mudam-se as histórias, dificultam-se, os acessos, entretanto o sonho dos caminhos a serem percorridos permanecem vivos através da luta dos movimentos sociais e sindicais pelo direito a uma educação pública, laica e de qualidade. E o Sr. Correia que lutou pela construção da escola, o que nos fala a narrativa aqui evidenciada, seria o acaso ou o descaso?

Buscamos aqui desafiar para contribuir na luta contra o fechamento das escolas, problematizando suas implicações no cotidiano de vida das crianças campesinas. São proposituras que surgem a partir do diálogo com os sujeitos viabilizando reflexões profundas, objetivando ser um ponto de partida para pensar e implementar ações que possam fomentar pesquisas e estudos sobre a nucleação das escolas do campo.

Entretanto, apesar da negação desses direitos, as populações do campo escolheram resistir e, através de suas narrativas, continuam a lutar por sua identidade, e por um projeto de escola e de educação que os inclua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. **Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo. Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção, p. 32.

_____. Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014a. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre o**

fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 mar. 2014a. Retificado em DOU, 31 mar. 2014. Disponível em: . Acesso em: 09 jul. 2018

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB 1**, 3 de abr 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne>.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

_____. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Cartilha **Educação Infantil do campo**: semeando direitos, colhendo cidadania. Brasília, DF: CONTAG, 2011.

CALDART, R. S. **Elementos para a construção do projeto político pedagógico da Educação do Campo**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Cadernos Temáticos: educação do campo. Curitiba: SEED/PR, 2005

CALDART, R. S. **Teses sobre a Pedagogia do Movimento. Educação Básica de Nível Médio nas áreas de Reforma Agrária**: Textos de Estudo. Boletim da Educação (MST), São Paulo, n. 11, p. 137-149, set. 2012

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. In: Por uma educação do campo. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CORREA, Elis Santos. **O fechamento das escolas do campo em Sergipe**: territórios em disputa (2007-2015). Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão.2018.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA/SE Segunda-feira • 20 de Março de 2017 • Ano VII • Nº 901 Disponível em : www.nossasenhoradagloria.se.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL

FELIPE, Eliana da Silva. **Infância de Assentamento e suas temporalidades históricas**. In: SILVA, Isabel de Oliveira. SILVA, Ana Paula Soares. MARTINS, Aracy Alves. (orgs.). **Infâncias do Campo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Editora Paz e Terra S/A: Rio de Janeiro, 1970.

SILVA, Isabel de Oliveira. SILVA, Ana Paula Soares. MARTINS, Aracy Alves. (orgs.). **Infâncias do Campo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013

SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana Bezzon da. **Educação Infantil do Campo**. São Paulo: Cortez, 2012

SARMENTO, Manuel Jacinto. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. **As crianças: contextos e identidades**. Portugal, Centro de Estudos de Criança: Editora Bezerra, 2001

VIEIRA, Maria Aparecida Fidéles de Oliveira; CÔCO, Valdete. **Educação Infantil do Campo e Formação de Professores**. Cad. Cedes, Campinas, v. 37, n. 103, p. 319-334, set.-dez., 2017. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/>

[1] Cartilha Semeando Sonhos, Cultivando Direitos/ Profa. Responsável: Socorro Silva/Coordenação da CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares/2011

[2] <http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?>

[3] DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA/SE Segunda-feira • 20 de Março de 2017 • Ano VII • Nº 901 Disponível em : www.nossasenhoradagloria.se.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL

[4] Fórum de Educação Infantil de Sergipe está vinculado ao MIEIB, Movimento de Fóruns de Educação Infantil de Brasil que vem lutando contra o fechamento das escolas do campo.

[5] Departamento de Educação

[6] O Fórum de Educação Infantil de Sergipe fez uma reunião com a comunidade e foi feito um abaixo assinado com a assinatura das famílias solicitando da secretaria o não fechamento da escola.

[7] Fórum de Educação Infantil de Sergipe; Universidade Federal de Sergipe - Departamento de Educação e Comitê de Educação do Campo, entre outros.

[8] Ministério Público de Sergipe realizará Seminário “Fechamento das Escolas do Campo em Sergipe” 05/06/2018. Disponível em: <http://www.mpse.mp.br/NoticiaExibir.aspx?id=10275>.

[9] <https://ri.ufs.br/handle/riufs/9323>. O fechamento das escolas do campo em Sergipe: territórios em disputa (2007-2015).

[10] Fonte: arquivos da pesuisdora

[11] Organização: COEDI/SEB/MEC - Coordenação de Educação Infantil - Grupo Coordenado pelas pesquisadoras Ana Paula Soares da Silva e Jaqueline Pasuch.

[12] Fonte: Arquivos da pesquisadora.